



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU

Praça Eleutério Galdino de Andrade, 21 - Fone-Fax (44) 3531 – 2121
CNPJ – 75.370.148/0001-17 - CEP – 87250-000 Peabiru – Paraná

Peabiru, 20 de março de 2025.

Ofício nº 84/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Através do presente, encaminho a Vossa Senhoria, o presente Projeto de Lei n.º 24/2025, que *“Dispõe sobre a possibilidade de redução da jornada de trabalho dos servidores públicos municipais, com redução proporcional da remuneração, e dá outras providências”*.

Na oportunidade, renovo a Vossa Senhoria, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ MARCOS GONÇALVES LOPES

Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

IRINEU MANFRIN

DD Presidente da Câmara Municipal

Peabiru – Paraná



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU

Praça Eleutério Galdino de Andrade, 21 - Fone-Fax (44) 3531 – 2121
CNPJ – 75.370.148/0001-17 - CEP – 87250-000 Peabiru – Paraná

PROJETO DE LEI N.º 24/2025

Dispõe sobre a possibilidade de redução da jornada de trabalho dos servidores públicos municipais, com redução proporcional da remuneração, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Administração Pública Municipal, a possibilidade de redução da jornada de trabalho dos servidores públicos municipais efetivos, com a correspondente redução proporcional de remuneração, nos termos desta Lei.

§1º A redução da jornada poderá ocorrer de oito horas diárias e quarenta horas semanais para seis ou quatro horas diárias e trinta ou vinte horas semanais, respectivamente, com remuneração proporcional, calculada sobre o total da remuneração.

§2º A redução da jornada de trabalho dependerá de prévia análise e autorização do Município, observando-se critérios de conveniência e oportunidade, bem como a necessidade do serviço público.

§3º A adesão ao regime de jornada reduzida não constitui direito adquirido do servidor, sendo mera faculdade do Município concedê-la ou revogá-la, a qualquer tempo, de ofício ou a pedido do servidor, de acordo com o juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública Municipal.

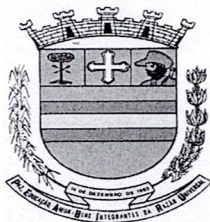
Art. 2º O pedido de redução da jornada de trabalho deverá ser formalizado pelo servidor interessado, mediante requerimento fundamentado dirigido ao órgão competente da Administração Pública Municipal.

§1º A Administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para analisar o pedido e decidir sobre sua viabilidade, levando em consideração o impacto na prestação dos serviços públicos.

§2º A decisão pelo indeferimento do pedido de redução da jornada será devidamente fundamentada pela autoridade competente, sendo vedada a concessão automática ou irrestrita.

§3º Terão direito de preferência na concessão da jornada de trabalho reduzida os servidores com filho de até seis anos de idade ou responsáveis pela assistência e pelos cuidados de pessoa idosa, doente ou com deficiência elencadas como dependentes na legislação municipal aplicável.

Art. 3º A remuneração do servidor que aderir à jornada reduzida será proporcional à nova carga horária estabelecida, mantendo-se inalterados os demais direitos e deveres funcionais, exceto quando incompatíveis com a jornada reduzida.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU

Praça Eleutério Galdino de Andrade, 21 - Fone-Fax (44) 3531 – 2121

CNPJ – 75.370.148/0001-17 - CEP – 87250-000 Peabiru – Paraná

Parágrafo único. A base de cálculo para os adicionais e gratificações que tenham como referência a carga horária ou o vencimento do servidor será ajustada proporcionalmente à jornada reduzida.

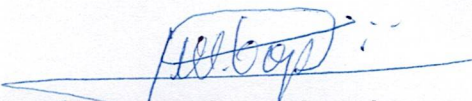
Art. 4º A redução da jornada de trabalho não implica perda de vantagens permanentes inerentes ao cargo efetivo ocupado, ainda que concedida por disposição legal que estabeleça o cumprimento de quarenta horas semanais, hipótese em que serão pagas com a redução proporcional à jornada de trabalho reduzida.

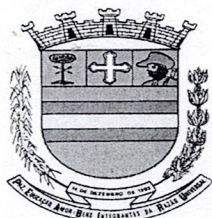
Art. 5º A jornada de trabalho reduzida poderá ser revertida, a qualquer tempo, de ofício ou a pedido do servidor, de acordo com o juízo de conveniência e oportunidade da administração pública.

Parágrafo único. O retorno compulsório à jornada integral poderá ocorrer por necessidade do serviço, a critério da Administração Pública, mediante notificação ao servidor com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Peabiru, 20 de março de 2025.


José Marcos Gonçalves Lopes
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU

Praça Eleutério Galdino de Andrade, 21 - Fone-Fax (44) 3531 – 2121
CNPJ – 75.370.148/0001-17 - CEP – 87250-000 Peabiru – Paraná

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI N.º 24/2025

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Apresentamos à apreciação desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, que dispõe sobre a possibilidade de redução da jornada de trabalho dos servidores públicos municipais com a correspondente redução proporcional da remuneração.

O objetivo desta iniciativa é proporcionar maior flexibilidade na gestão de recursos humanos da Administração Pública, permitindo que servidores interessados possam solicitar a redução de sua jornada de trabalho, sem prejuízo ao funcionamento dos serviços prestados à população.

A proposta encontra respaldo na necessidade de modernização das relações de trabalho no serviço público municipal, possibilitando um equilíbrio entre a vida profissional e pessoal dos servidores, especialmente àqueles que necessitam conciliar suas atividades com cuidados familiares. Nesse sentido, o projeto prevê critérios de preferência para servidores com filhos de até seis anos de idade ou que sejam responsáveis pela assistência e pelos cuidados de pessoa idosa, doente ou com deficiência.

A concessão da jornada reduzida não configura um direito absoluto do servidor, mas sim uma faculdade da Administração Pública, que analisará cada pedido de acordo com critérios de conveniência e necessidade do serviço público. Dessa forma, preserva-se o interesse coletivo e a continuidade dos serviços essenciais prestados à população.

Importante ressaltar que o presente projeto está em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, emitido no acórdão 2933/18 - Tribunal Pleno.

Por fim, entendemos que a presente proposta representa um avanço na valorização dos servidores municipais, ao mesmo tempo em que resguarda o bom funcionamento dos serviços públicos. Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Vereadores para a aprovação deste projeto.

Renovo a Vossas Excelências os mais elevados protestos de distinta consideração e elevado apreço.

Peabiru, 20 de março de 2025.

José Marcos Gonçalves Lopes
Prefeito Municipal